

O Programa de Residência Pedagógica: autonomia teórico-prática na formação docente

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
Vanilda Gonçalves de Lima

Como citar: BRABO, T. S. A. M.; LIMA, V. G. O programa de Residência Pedagógica: autonomia teórico-prática na formação docente. *In* : SHÄFFER, A. M. M.; KELLER-FRANCO, E.; SALES, G. G. P. S.; CASTRO, R. M. **Experiências docentes** : projetos formativos no Pibid e Residência Pedagógica. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.329-342 DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-322-8.p329-342>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



CAPÍTULO 23

O Programa de Residência Pedagógica: autonomia teórico-prática na formação docente

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
Vanilda Gonçalves de Lima

O presente texto visa apresentar e analisar as contribuições teórico-práticas do PRP referente aos anos de 2018/2019 desenvolvido na unidade escolar parceira da instituição de ensino superior (IES), possibilitadas à formação docente dos(as) discentes de Pedagogia que participaram como bolsistas e voluntários, tendo em vista vivenciar a experiência docente já na formação inicial na graduação.

O PRP, promovido e financiado pela Capes, é desenvolvido por instituição de ensino superior (IES) em parceria com a educação básica, nas unidades escolares estaduais e municipais. Caracteriza-se como ação efetiva de política pública educacional voltada à formação profissional para o magistério de futuros(as) licenciados(as), que atuarão na educação brasileira.

O desenvolvimento do PRP aconteceu em um período de dezoito meses, tendo início em agosto de 2018 e término em janeiro de 2020, visando ao cumprimento de 440 horas de atividades organizadas conforme o cronograma estabelecido pelos docentes orientadores abaixo apresentado:

Agosto e setembro de 2018: período de preparação dos alunos para participação no Programa pelo docente orientador.

Outubro de 2018 a janeiro de 2019: período de ambientalização do residente na escola e preparação do plano de atividades da residência em orientação conjunta com docente orientador e preceptor, com carga horária de 60 horas na unidade escolar.

Fevereiro a novembro de 2019: período de imersão na escola, com carga horária de 320 horas, sendo destinadas, no mínimo, 100 horas para realização de regências em salas de aula.

Dezembro de 2019: período de elaboração do relatório final das atividades do PRP, com carga horária de 20 horas.

Janeiro de 2020: período de realização de avaliação e socialização dos resultados dos objetivos alcançados no Programa de Residência Pedagógica (PRP, 2018/2019).

O cumprimento das atribuições legais da função de preceptor no PRP e da carga horária de desenvolvimento do Programa de 440 horas foi consolidada e subdividida em dois períodos fundamentais: atividades de ambientalização e de imersão/regência pedagógica, incluindo na carga horária os encontros semanais e mensais de reuniões, momentos de leitura e elaboração de planos de atividades, aplicação de regência e elaboração de relatórios teórico-práticos.

A partir da aprovação do subprojeto pela Capes, deu-se início ao desenvolvimento das ações prevista no projeto institucional. No processo de seleção, cada docente orientadora acolheu quatro discentes bolsistas e um(a) discente voluntário(a) para participar de seus respectivos subprojetos. O PRP teve por base atividades de orientação e de realização de ações pedagógicas dos(as) bolsistas diretamente na escola em três etapas interligadas, a saber: ambientalização, imersão e regência, sob a orientação e acompanhamento da docente orientadora e da professora preceptora.

No período de ambientalização na escola, os residentes foram acolhidos e desenvolveram atividades de apresentação e reconhecimento do espaço escolar para maior conhecimento da instituição de ensino da rede municipal. Nessa perspectiva, realizaram acompanhamento e pesquisa exploratória da rotina escolar por meio da observação e registro em “diário de bordo” das atividades do cotidiano escolar como: organização da escola, realização do horário de recreio, além do acompanhamento, observação e participação nas intervenções pedagógicas sob a orientação e supervisão da professora em sala de aula, a preceptora do Programa, com base na supervisão da docente orientadora. Realizaram também leitura e análise crítica do Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar.

Os encontros aconteceram semanalmente, com carga horária de sete horas, sendo quatro horas de acompanhamento e intervenção direta em sala de aula e três horas para reunião de planejamento e orientação com a preceptora, em colaboração com a docente orientadora, no próprio espaço escolar.

No período de imersão, iniciado em fevereiro de 2019, os residentes aprofundaram o processo de observação e intervenção pedagógica por meio do planejamento colaborativo com a preceptora e docente orientadora e atuação direta com as crianças na aplicação de regências pedagógicas em sala de aula, demonstrando apropriação, domínio e autonomia no processo de formação e atuação docente.

As reuniões de planejamento do plano de ações do PRP também aconteciam no próprio espaço escolar durante o horário de realização das aulas semanais da disciplina

de língua inglesa. Neste intervalo, a preceptora tinha um tempo livre que utilizava para realização das reuniões de estudos, planejamento das atividades e para avaliação das ações pedagógicas de desenvolvimento do Programa.

Ao longo do período de desenvolvimento do PRP, os residentes foram acompanhados pela preceptora nas diversas reuniões gerais e eventos promovidos pelo Programa que aconteceram na Unesp campus de Marília, organizados e realizados sob a coordenação das docentes orientadoras da instituição de ensino. Essas atividades foram fundamentais para o processo de formação inicial dos(as) estudantes/residentes.

A formação profissional docente tem início nos cursos de graduação e se estende por todo o período de exercício profissional do(a) pedagogo (a), ou seja, consiste em um processo contínuo. Por tal razão, apresenta-se como elemento de atenção especial desde o início do processo da formação no curso de licenciatura, sendo intensificado no período de realização do estágio curricular, pois essa atividade caracteriza-se como crucial na formação profissional docente, tendo em vista a possibilidade de aproximação teórico-prática dos conhecimentos pedagógicos no contexto da realidade socioeducativa.

Pimenta e Lima (2005/2006) ressaltam que, historicamente, os conceitos de teoria e prática nos cursos de formação de professores sempre foram vistos como conceitos estanques, fragmentados ideologicamente, ou seja, desarticulados da relação entre teoria e prática. As autoras propõem a superação dessa fragmentação com base no conceito de práxis, a qual redireciona o desenvolvimento da atividade de estágio para uma ação investigativa vinculada à reflexão e intervenção na própria dinâmica da vida escolar, envolvendo os professores, crianças, toda a equipe escolar, famílias e toda a sociedade.

A proposta de formação docente do PRP, promovida pela Capes, defende a concepção de estágio proposto por Pimenta e Lima (2005/2006), pois o concebe como práxis, na perspectiva de desenvolvimento da atitude investigativa de formação docente fundamentada na estreita relação existente entre teoria e prática.

Candau (1984) também ressalta a importância da unicidade estabelecida entre os conceitos de teoria e prática no processo de formação docente inicial e continuada, pois constitui-se numa relação que contempla múltiplos fatores, ou seja, caracteriza-se como uma relação multidimensional, que envolve as dimensões político-social, técnica e humana do fazer pedagógico em sala de aula.

Nessa perspectiva conceitual, todas as pessoas envolvidas no processo educativo constituem-se como sujeitos históricos responsáveis pelo processo de transformação de si mesmo e de toda a sociedade. Conforme Pimenta e Lima (2005/2006, p. 11) “A profissão docente é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino”.

A atividade do estágio, compreendida como atividade teórico-prática possibilita ao sujeito aprendiz maior aproximação da realidade, tendo em vista conhecê-la de

forma crítica, dinâmica e multidimensional, capacitando-o para atuar em sua transformação como, verdadeiramente, uma atividade de investigação.

Pimenta e Gonçalves (1990) ressaltam que a finalidade do estágio consiste em propiciar ao estagiário a possibilidade de vivenciar concretamente a verdadeira realidade sociopolítica em que atuarão como futuros professores. No caso específico, o espaço de atuação profissional do futuro professor é a instituição escolar, ou seja, constitui-se como espaço indispensável para haver, de fato, a concretização da práxis pedagógica.

A pesquisa no estágio, como método de formação dos estagiários futuros professores, se traduz pela mobilização de pesquisadores que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam. Mas, também e, em especial, na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam (PIMENTA; LIMA, 2005-2006, p. 15).

A proposta de estágio como atividade de investigação por meio de elaboração e realização de projetos de pesquisa apresenta-se como uma concepção de formação profissional que integra dois processos fundamentais na formação profissional do docente: a de docente e a de pesquisador, ou seja, docente-pesquisador de sua própria prática pedagógica, no contexto sociocultural e político em que está inserido.

Conforme Sacristán (2005, p. 12), teoria e prática são indissociáveis no processo de formação da subjetividade do sujeito, ou seja, do professor, tendo em vista a existência da relação dialógica entre o conhecimento pessoal-subjetivo e a ação prática educativa, concretizando-se em uma relação dialética entre os saberes históricos e os saberes da experiência prática de cada professor como sujeito-protagonista de seu fazer pedagógico. Ainda conforme Pimenta e Lima (2005/2006, p. 16):

[...] o papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de analisar para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí, é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 16).

A unidade entre teoria e prática constitui-se, portanto, na base indispensável da formação inicial e continuada à formação profissional docente. Os conhecimentos teóricos são ferramentas utilizadas pelo professor para analisar criticamente a realidade escolar de forma mais ampla incluindo a sociedade como um todo, visando intervir diretamente na transformação, tendo em vista a superação das possíveis problemáticas, em busca da construção da prática educativa transformadora de si e de toda a sociedade.

Nesse contexto, o edital Capes 06/2018 fundamenta o PRP na concepção de estágio como atividade de formação do docente-pesquisador, ou seja, a formação da docência

aliada à formação do pesquisador, pois estabelece como exigência ao residente-bolsista a efetiva elaboração e desenvolvimento de um projeto de pesquisa como requisito básico das ações de atuação teórico-prática diretamente na escola e, especificamente, na sala de aula, por meio da aplicação da atividade de regência pedagógica, promovendo e fortalecendo o desenvolvimento da autonomia profissional na atuação docente.

O estágio promovido pelo PRP propiciou aos residentes o desenvolvimento de importantes habilidades necessárias ao processo de investigação, apropriação de conhecimento e de análise crítica da realidade específica da unidade escolar quanto aos aspectos da dinâmica geral de gestão educacional da unidade escolar e da gestão pedagógica em sala de aula.

Atendendo aos princípios teórico-metodológicos do PRP, as docentes responsáveis pela coordenação do Programa da Unesp campus de Marília elaboraram e encaminharam para aprovação da Capes o subprojeto institucional intitulado “Licenciatura em Pedagogia – leitura e escrita em diferentes áreas de conhecimento”, com o objetivo de integrar os princípios norteadores da política institucional de formação de professores da Unesp e propiciar o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências, promovendo a imersão do licenciando em escolas de educação básica a partir do 3º ano do curso.

Direitos humanos e gênero na escola: práticas pedagógicas na perspectiva dos valores humanos na formação inicial à docência

O subprojeto que desenvolvemos contou com a orientação da Profª Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, intitulado “Direitos humanos e gênero na escola”. Participaram na condição de residentes, as alunas bolsistas: Letícia Araújo da Silva; Maria de Fátima Diniz Dutra; Otília Andressa Dal Evedove Pinto e Vitória Panizio Quirino, além do discente voluntário Everton Santana de Oliveira Junior.

O desenvolvimento do subprojeto teve por objetivo propiciar a formação inicial e continuada dos discentes bolsistas do curso de Pedagogia e da preceptora aos conhecimentos relacionados aos direitos humanos, instituídos pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEHD (BRASIL, 2003), fruto do comprometimento do Estado em parceria com a sociedade organizada, em defesa da construção histórica da sociedade civil.

As ações do PNEDH (BRASIL, 2003) resultam da articulação entre os poderes da República Brasileira, a saber: Poder Executivo envolvendo os governos (estaduais, municipais e do distrito federal), os organismos internacionais, as instituições de educação superior e a sociedade civil organizada.

Nesse contexto, são responsáveis pela coordenação e avaliação das ações desenvolvidas as entidades públicas e particulares como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Previdência da República (SEDH), e o Ministério da Educação (MEC), juntamente com o Ministério da Justiça (MJ) e Secretarias Especiais.

A temática abordada no subprojeto foi de suma importância para a formação inicial e continuada dos professores, pois a preocupação com a formação do pedagogo em direitos humanos foi posta em discussão a partir das Diretrizes Curriculares da Educação Básica (BRASIL, 2013), conforme explicita Brabo (2012), ressaltando que uns dos objetivos da inserção da temática dos direitos humanos nas diferentes modalidades da educação básica consiste em “[...] promover a inserção da educação em direitos humanos nos processos de formação inicial e continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação, envolvendo-os em um diálogo sobre maneiras de aplicar os direitos humanos em sua prática cotidiana [...]” (BRASIL, 2009, p. 29 apud BRABO, 2012, p. 226).

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica (BRASIL, 2013) também trazem a discussão da temática da questão de gênero como tema a ser discutido nas escolas desde a formação inicial dos futuros docentes.

A respeito da formação de pedagogos em direitos humanos e gênero na escola, podemos ressaltar que os princípios gerais estavam contemplados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que estabelecem os princípios do direito de todo(a) cidadão(ã) à educação gratuita e de qualidade, explicitando os pressupostos do processo de democratização da educação como direito de todas as pessoas em todas as fases da vida. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997) também apresentam em seu texto o reconhecimento dos valores humanos, tendo como objetivo explícito a formação para o exercício da cidadania, bem como evidencia a questão de gênero (BRABO, 2012).

Nesse sentido, as discentes bolsistas e o voluntário iniciaram as atividades do PRP realizando ações de participação colaborativa no período de ambientação e imersão no ambiente escolar. Entretanto, logo passaram a desenvolver atividades de investigação, planejamento, orientação e aplicação de regências, acompanhadas pela preceptora em sala de aula. Dessa forma, o PRP desenvolveu-se na escola com duas turmas de crianças do 4º ano do ensino fundamental, ambas do período da tarde e contando com vinte e nove estudantes em cada sala, sob a nossa responsabilidade e de outra professora parceira do projeto.

O subprojeto “Direitos humanos e gênero na escola” teve início com a realização de uma roda de conversa com as crianças refletindo sobre “O que são direitos humanos?”. A partir dessa discussão apresentamos a proposta de desenvolvimento do projeto a ser desenvolvido em sala de aula. As crianças concordaram e elaboramos coletivamente o respectivo projeto investigativo a partir da própria linguagem e conhecimento das crianças.

Vivenciando os direitos humanos e gênero na escola

Após esta primeira atividade, refletimos coletivamente e reelaboramos a justificativa que foi “Estudar direitos humanos para mudar nossa vida”, tendo como objetivo geral “aprender sobre direitos humanos e gênero na escola e exercer a cidadania”. A metodologia escolhida para seu pleno desenvolvimento foi a participativa e dialógica na perspectiva de colocar em prática, no dia a dia, através de roda de conversa, de debates acerca de situações-problema envolvendo o tema do projeto e, também, tendo como recursos a leitura informativa e posterior escrita, reflexões através da arte (com música, dança e vídeos).

As referências principais foram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

A avaliação ocorria através da observação, dos posicionamentos nos debates, da escrita após leitura de textos que versavam sobre os temas do projeto, através de desenhos, participação e envolvimento durante todas as atividades desenvolvidas.

Com o projeto investigativo elaborado coletivamente, iniciamos as atividades pedagógicas com o estudo da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Dessa forma, os residentes desenvolveram as regências com base na metodologia dialógica estabelecida com as crianças em sala de aula.

Os princípios da Declaração dos Direitos da Criança constituíram-se nos conteúdos das regências, pois, em cada aula, havia a exploração de um dos dez princípios da Declaração, que se davam por meio da leitura, interpretação oral e escrita de produções textuais de diferentes gêneros discursivos, também com atividades de desenhos, recortes/colagens, modelagens, apreciação musical e documentários temáticos.

No segundo semestre do ano letivo de 2019, os 4º anos participaram do desenvolvimento do projeto “Bacias de tratamento de esgoto de Marília”; os bolsistas abraçaram a temática e desenvolveram práticas de regências relacionadas à educação ambiental, tendo em vista promover a formação e o desenvolvimento da consciência ambiental.

O trabalho pedagógico com os direitos humanos e gênero abrange diferentes e importantes temáticas como a diversidade humana, o respeito, a dignidade, o bullying, a inclusão social e deficiências, dentre outras. Nesse sentido, foram exploradas tais temáticas por meio de diferentes estratégias como leitura literária e informativa, apreciação de vídeos, músicas, realização de dramatizações e produções textuais de diferentes gêneros discursivos, individuais e coletivas, conforme explicitado acima.

Em relação à diversidade humana, essa temática foi explorada de forma lúdica com o apoio e manuseio de bonecos de tecido doados pela professora orientadora. Os bonecos representavam pessoas com deficiências físicas (com uso de muletas e de cadeira de rodas), de mulheres vitimizadas pelo tratamento do câncer usando lenços, outros

representando a diversidade do povo brasileiro (pessoas negras africanas, indígenas, latinas, europeias, asiáticas - chinesas e japonesas), dentre outras.

As crianças gostavam muito dos bonecos, pois se identificavam com eles, o que os levou a fazerem parte da dinâmica cotidiana da sala de aula. Denominamos os bonecos de tecidos como nossos “amigos especiais”. Durante as aulas, as crianças pegavam os bonecos e ficavam com eles no colo e, assim, aprendiam a conviver de forma harmoniosa com a diversidade humana, sem discriminação e preconceitos.

Os discentes bolsistas e o discente voluntário estiveram constantemente envolvidos com as atividades do PRP e na concretude do projeto de regência com base nos direitos humanos e gênero na escola, o qual propiciou-lhes o conhecimento da dinâmica cotidiana da escola e da sala de aula frente ao sistema de ensino em que a unidade escolar encontra-se vinculada, ou seja, a rede municipal de educação.

Durante o período de regência pedagógica, os discentes bolsistas e o discente voluntário tiveram oportunidade pedagógica de colocar em prática os conhecimentos teórico-metodológicos nas diferentes atividades de elaboração e desenvolvimento do planejamento das regências. Inicialmente, eles elaboravam as aulas de regências sob a nossa colaboração e acompanhamento. Depois, desenvolveram tais atividades com maior autonomia e segurança, enviando o planejamento apenas para revisão, pois já haviam elaborados entre eles todo o planejamento didático-pedagógico.

O processo de autonomia de trabalho pedagógico das residentes e do aluno voluntário foi fruto de muito compromisso e envolvimento, esforço e comprometimento com o PRP proporcionado aos discentes, pois, por meio da proposta de regência, todos ampliaram seus conhecimentos teóricos e vivenciaram-nos na prática pedagógica em sala de aula com as crianças, realizando a relação entre teoria e prática. Ao final do projeto, eles demonstraram autonomia, segurança, capacidades e habilidades necessárias ao exercício profissional docente, pois já tomavam iniciativa de atitudes didáticas no contexto da sala de aula nas interações pedagógicas com as crianças.

O PRP muito contribuiu para com o processo de formação docente inicial do futuro pedagogo, bem como propiciou a formação continuada das professoras na condição de preceptora e de docente orientadora. Aprendemos muito com a energia, vitalidade e entusiasmo pedagógico dos alunos residentes, frutos da apropriação de conhecimentos teóricos consolidados na base teórico-metodológica dos conhecimentos pedagógicos crítico e humanizado.

Os três períodos do PRP foram essenciais no processo de formação inicial das discentes bolsistas e do discente voluntário, pois, por meio desse projeto, tiveram a oportunidade de conhecer e analisar a dinâmica de funcionamento da escola e da sala de aula no período de ambientalização, de observar e acompanhar a prática pedagógica da professora preceptora em sala de aula no período de imersão e, de fato, estabelecer a relação teoria e prática na ação pedagógica de regência no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de direitos humanos e gênero na escola a partir das temáticas abordadas durante o desenvolvimento

do subprojeto “Direitos humanos e gênero na escola”, vinculado ao subprojeto maior do PRP intitulado “Leitura e escrita em diferentes áreas de conhecimento”.

Durante o desenvolvimento do projeto, foram realizadas diversas e diferentes atividades de leitura de livros literários, reportagens, notícias, contos, histórias em quadrinhos, gibis, revistas, livros didáticos e, ademais, análise de obras artísticas, interpretação oral e escrita de situações problema e muitos momentos de rodas de conversa, tendo em vista problematizar e debater questões relacionadas às temáticas abordadas em cada um dos encontros das residentes bolsistas e residente voluntário.

Estivemos presentes em muitas atividades em sala de aula, acompanhando, participando e interagindo diretamente com as crianças. Essa relação tornou-se de fundamental importância para as crianças, para as residentes e o voluntário, bem como para a professora preceptora. Esta presença serviu de exemplo de ação profissional do docente da universidade direto com a unidade escolar do ensino fundamental, especificamente em sala de aula.

Neste breve relato, é possível constatar que a realização do PRP foi muito importante para todos os envolvidos, pois ampliou os conhecimentos teórico-práticos das residentes bolsistas e do discente voluntário em relação à dinâmica cotidiana da escola, bem como do vivenciar do processo pedagógico diretamente em sala de aula. Constatamos, ademais, o processo de relacionamento humano estabelecido entre professora e crianças, a relação das próprias crianças umas com as outras, bem como com todo o cotidiano da unidade escolar.

Consideração finais

O PRP teve como propósito propiciar o desenvolvimento do processo de formação docente dos graduandos do curso de Pedagogia, direcionando-o à escola sob o acompanhamento do docente orientador da IES e do preceptor da unidade escolar.

Dessa forma, cada residente desempenhou sua atribuição para que os objetivos estabelecidos pelo Programa fossem atingidos. Assim sendo, todas as discentes bolsistas e o discente voluntário cumpriram as devidas atribuições estabelecidas pelo PRP, junto ao desenvolvimento do subprojeto “Direitos humanos e gênero na escola” por nós orientado.

As principais ações desenvolvidas pelas residentes bolsistas e pelo residente voluntário durante o desenvolvimento do projeto podem ser relacionadas ao período de ambientação como a pesquisa exploratória de (re)conhecimento da unidade escolar, leitura, discussão e análise do Projeto Político Pedagógico, observação e participação das práticas pedagógicas. Participação ativa no desenvolvimento do projeto “Artes visuais” do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, no final do segundo semestre de 2018, e no projeto “Educação ambiental”, vinculado ao projeto “Bacias de tratamento de esgoto de Marília”, e das atividades teórico-práticas de regência pedagógica.

As relações interpessoais estabelecidas com as crianças também merecem ser destacadas, pois as discentes bolsistas e o discente voluntário estabeleceram um vínculo muito forte de amizade e relação humana que foi se fortalecendo, cada vez mais, a cada encontro semanal, durante todo o período de desenvolvimento do PRP.

As ações de regência pedagógica foram fundamentais para a formação e atuação docente do futuro profissional da educação, ou seja, o professor. As bolsistas e o discente voluntário foram, gradativamente, desenvolvendo autonomia, segurança e familiaridade com a temática abordada de modo a constituírem-se como verdadeiros professores.

Durante as atividades do PRP, pudemos perceber o fortalecimento gradual do comprometimento profissional de cada uma das discentes bolsistas e do discente voluntário para com a prática docente, pois sempre demonstravam alegria e prazer em estar semanalmente em sala de aula ministrando as regências, pesquisando recursos, adaptando as linguagens, tendo em vista a qualidade do processo de ensino e aprendizagem das crianças.

A relação profissional estabelecida e fortalecida entre os integrantes do próprio subprojeto “Direitos humanos e gêneros na escola” demonstrou compromisso do trabalho coletivo, tendo em vista o alcance de objetivos em comum. Essa relação é fundamental para o desenvolvimento do trabalho em equipe e colaborativo para garantir a qualidade da educação pública.

Nessa perspectiva, o PRP teve seus objetivos alcançados, pois as discentes bolsistas e o discente voluntário desenvolveram o subprojeto de forma assídua, demonstrando comprometimento político-pedagógico, responsabilidade social e domínio dos conteúdos das temáticas abordadas, pois não apresentaram dificuldades em acatar as orientações didático-pedagógicas e, sim, foram além delas, buscando informações, problematizando situações por meio de jogos e brincadeiras, dinâmicas, leituras literárias, interpretações e produções textuais de diferentes gêneros discursivos.

O desenvolvimento do projeto em questão resultou em produção teóricas apresentadas em dois momentos importantes de encerramento semestral do PRP, os quais foram acompanhados e orientados por nós, docente orientadora da IES e professora preceptora da unidade escolar.

O primeiro semestre do ano letivo de 2019 foi finalizado com as atividades do II Seminário Residência Pedagógica, com a participação do grupo na apresentação de trabalhos na categoria pôster e comunicação oral de texto resumo. Todas as discentes e o discente voluntário produziram um resumo e apresentaram no seminário. Também teve a participação da professora preceptora com o trabalho intitulado “Declaração dos Direitos da Crianças: ponto de partida para debate, leitura e escrita em sala de aula”.

O segundo semestre do ano letivo de 2019 foi encerrado com a realização das atividades do “III Seminário de Residência Pedagógica”, no qual todas as discentes bolsistas e o discente voluntário elaboraram e apresentaram trabalhos acadêmicos científicos com base nas vivências práticas proporcionadas pelo PRP. Foram produzidos e

apresentados trabalhos com textos completos na modalidade comunicação oral. Participamos do evento apresentando o texto produzido em parceria, intitulado “Relação teoria e prática na formação docente: o processo de inserção do futuro pedagogo na prática pedagógica no contexto escolar”.

As experiências teórico-práticas na formação docente, propiciadas pelo PRP, propuseram uma nova perspectiva de realização de estágio curricular que foi muito além da observação distanciada do graduando de licenciatura frente à prática pedagógica em sala de aula. Essa nova proposta de estágio visou à formação ativa do graduando de licenciatura, especificamente, no caso do futuro pedagogo, pois essa vivência teórico-prática é indispensável em sua formação, principalmente, frente à complexidade da educação na sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, “[...] a complexidade da educação como prática social não permite tratá-la como fenômeno universal e abstrato, mas sim imerso num sistema educacional, em uma dada sociedade e em um tempo histórico determinado [...]”. (PIMENTA;LIMA, 2005/2006, p. 20). A complexidade da educação resulta de um tempo e lugar histórico determinado, ou seja, a escola representa o espaço constituído, local histórico-social de materialização das relações humanas e culturais.

O estágio curricular passa a ser considerado como componente curricular integrado ao corpo de conhecimento do curso de Pedagogia, isto é, de formação para o exercício da licenciatura, ou seja, à prática docente (PIMENTA; LIMA, (2005-2006). Essa proposta de estágio tem por finalidade integrar os conhecimentos teóricos aos conhecimentos práticos, tendo em vista a formação profissional do licenciando para a efetiva atuação docente aliada ao campo da pesquisa, ou seja, visa à formação do docente-pesquisador frente ao trabalho coletivo.

[...] o estágio prepara para um trabalho docente coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 21).

O PRP teve por base a proposta de formação teórico-prática do licenciando, especificamente do graduando do curso de Pedagogia. O subprojeto “Leitura e escrita em diferentes áreas de conhecimento” apresentou uma proposta de formação profissional docente de articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, tendo em vista a proposta de atuação efetiva do residente em sala de aula por meio da regência pedagógica, atividade que resultou do trabalho coletivo de pesquisa, elaboração e desenvolvimento de planejamento didático-metodológico, aplicação prática e avaliação do processo de ensino e aprendizagem escolar.

A temática do subprojeto “Direitos humanos e gênero na escola” favoreceu o trabalho em coletividade, propiciou a discussão, o debate e fortaleceu a relação dialógica

entre os próprios residentes com as crianças e das crianças entre elas, tendo em vista a garantia do direito à participação nas ações efetivas de formação para e na cidadania.

O desenvolvimento desse projeto contribuiu para nossa formação continuada, na condição de professora preceptora e docente orientadora, fortalecendo o trabalho coletivo, estreitando as relações humanas e desenvolvendo as habilidades de atuação como preceptora, com a atribuição de orientar e acompanhar o processo de formação do profissional docente na educação básica.

Esperamos que o PRP tenha continuidade nos próximos anos por meio da realização de novas edições, pois é de fundamental importância para a formação de profissionais da licenciatura, ou seja, para a capacitação e atuação do profissional docente, tendo em vista a formação do docente-pesquisador de sua própria prática pedagógica e formação inicial dos discentes dos cursos de licenciaturas, proporcionando-lhes aprendizagens teórico-práticas do fazer pedagógico de forma autônoma, crítica e consciente da realidade escolar, sendo verdadeiramente o protagonista de sua formação profissional docente.

Podemos constatar que a proposta de Residência Pedagógica como estágio teórico-prático desenvolvida pelas discentes bolsistas e discente voluntário contribuiu para o aprofundamento do conhecimento teórico e da prática pedagógica, pois foi possível vivenciar a idealizada práxis, tão necessária ao pleno desenvolvimento da educação de qualidade, sem desconsiderar o vivenciar de relações humanas inspiradas no ideal de democracia ampla, contribuindo para a realização da cultura dos direitos humanos e para relações sociais de gênero igualitárias.

Referências

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. 9394/1996. Brasília: DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, DF: SEF, 1997.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRABO, T. S. A. M. Políticas de formação de educadores e educadoras: Direitos Humanos e Gênero. *In*: BRABO, T. S. A. M; CORDEIRO, A. P.; MILANEZ, S. G. (orgs.). **Formação da pedagogia e do pedagogo**: pressupostos e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BRABO, T. S. A. M. **Direitos Humanos e Gênero na Escola**. Marília: Unesp, 2019.

CANDAU, V. **A didática em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Ática 1994.

PIMENTA, S. G.; GONÇALVES, C. L. **Reverendo o ensino de 2º Grau, propondo a formação do professor**. São Paulo: Cortez, 1990.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006. Disponível em: <https://bit.ly/31EZgu4>. Acesso em: 04 out. 2022.

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA, **Edital CAPES 06**: MEC, 2019.

ONU. **Declaração Universal de Direitos da Criança e do Adolescente**, 1959.

SACRISTÁN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. *In*: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). **Professor reflexivo**: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

